

DECLARAÇÃO DE NIAMEY

As terras áridas na Agenda da Rio+20: um desafio global e um foco na África

Resumo executivo

África, Brasil e França se associam para lutar contra a pobreza, a degradação de terras, a Seca e a Desertificação na África

- Uma dinâmica trazida pela cooperação tripartite África-Brasil-França

A Agência Panafricana da Grande Muralha Verde (APGMV), o Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD) e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Brasil (CGEE) organizaram, nos dias 24 e 25 de outubro de 2011, em Niamey, e em colaboração com o Governo da República do Níger, a conferência internacional “Por um desenvolvimento sustentável nas zonas áridas na África” (ICID+19 África). A centena de participantes (cientistas, tomadores de decisão, representantes de instituições) adotou a Declaração de Niamey com vistas especialmente a transmiti-la ao comitê preparatório da conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, Rio+20, de junho de 2012.

- Desertificação: um desafio mundial e vital para a África

Fenômeno mundial com causas e consequências múltiplas, a desertificação afeta particularmente o continente africano, muito vulnerável por causa da insegurança alimentar e da pressão antrópica sobre os recursos naturais. A conferência tripartite organizada em Niamey visou a avaliar a situação das regiões áridas com um foco particular sobre a África, na perspectiva de favorecer a luta contra a pobreza, a degradação de terras, a seca e a desertificação.

- 22 recomendações para o desenvolvimento sustentável das terras áridas

A Declaração de Niamey convida os dirigentes mundiais que participarão na Conferência Rio+20 a prestar uma atenção particular e a tomar decisões inovadoras a fim de promover o desenvolvimento sustentável das zonas secas, notadamente na África. Para isso, a declaração compreende recomendações visando a:

- Reforçar a governança e o desenvolvimento sustentável nas regiões secas, implementando os acordos ambientais multilaterais e apoiando políticas regionais, nacionais e locais estabelecidas segundo uma lógica compatível com os princípios de desenvolvimento sustentável.
- Encorajar a cooperação internacional, a fim de melhorar a eficácia dos programas de desenvolvimento. A cooperação Sul-Sul e a cooperação tripartite (Sul-Norte-Sul) devem ser particularmente tomadas em consideração e privilegiadas.
- Melhorar a cooperação científica, o reforço da capacitação e a transferência de tecnologias, para apoio às iniciativas e aos programas de pesquisa integrados e interdisciplinares, a formação de redes, o intercâmbio e compartilhamento de dados, a formação, a expertise local, a inovação, as parcerias público-privadas e a difusão de conhecimentos.

Introdução

Uma centena de participantes, pesquisadores e tomadores de decisão, provenientes de países africanos, do Brasil, da Argentina, da França e de organizações internacionais, se reuniu em Niamey, no Níger, dos dias 24 e 25 de outubro de 2011, no contexto de uma conferência intitulada: “Luta contra a desertificação na África” ou “ICID+19 África”. Essa iniciativa tripartite foi organizada pelos países africanos sob a tutela da União Africana, da Agência Panafricana da Grande Muralha Verde (APGMV), em estreita colaboração com o Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento – IRD (França) e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE (Brasil). Essa conferência visava a avaliar a situação das regiões secas (áridas, semiáridas e subúmidas secas), com um foco particular sobre a África, na perspectiva de favorecer o desenvolvimento sustentável, a luta contra a degradação de terras, a seca e a desertificação. Os participantes chegaram a conclusões e adotaram recomendações destinadas aos decisores políticos, com vista particularmente a incluí-las na agenda da Cúpula Rio+20 que se realizará em junho de 2012.

Um desafio mundial

Mais de dois bilhões de pessoas vivem nas zonas secas do mundo e a maior parte delas se situa abaixo da linha de pobreza. A desertificação e a degradação de terras resultam de práticas de uma agricultura não sustentável, de uma criação extensiva de gado e de má gestão dos recursos naturais, incluindo água, solos e biodiversidade. A forte variabilidade do clima e as mudanças climáticas agravam essa degradação.

Foco na África

A África é o continente mais vulnerável à desertificação, à degradação de solos e aos efeitos das secas (DLDD). Segundo o Banco Mundial, 40% da população saheliana vivem sob a linha de pobreza. A situação atual já é muito grave em razão da insegurança alimentar, da desnutrição e da pressão antrópica sobre os recursos naturais. Além disso, a vulnerabilidade da África à desertificação é exacerbada pelo crescimento demográfico e pelos efeitos da mudança climática.

O contexto institucional

A presente declaração leva em conta as três convenções do Rio (UNFCCC, CBD e UNCCD). Os participantes da Conferência de Niamey ratificam a Declaração de Fortaleza, “Um Chamado à Ação pelas Terras Secas”, adotada ao longo da ICID+18 em Fortaleza, Brasil, em agosto de 2010, assim como a Declaração de Mendoza, adotada quando da ICID+19 em Mendoza, Argentina, em setembro de 2011. As recomendações contidas na terceira parte da presente declaração complementam essas declarações, com um foco particular na África.

A conferência

Embora reconhecendo as melhorias realizadas pelas iniciativas de desenvolvimento durante o último decênio por governos nacionais, organizações regionais ou locais, os participantes contataram que desenvolvimento sustentável do continente africano continua ameaçado por diversos fatores, tais como a utilização extensiva das terras, a falta de governança ambiental e a fraca difusão de conhecimentos científicos. As quatro temáticas seguintes foram discutidas quando da conferência de Niamey ao longo de mesas redondas: a segurança alimentar; as políticas sociais e a mudança climática; a gestão das águas e dos solos; as plantas e as comunidades microbianas dos solos e a dimensão regional da gestão das terras áridas.

As recomendações

1. O desenvolvimento sustentável das zonas secas e a luta contra a degradação de terras e a desertificação deveriam ser encorajados através da introdução das dimensões ambiental, social e econômica no planejamento do desenvolvimento e na sua implementação.
2. As medidas prioritárias e as políticas a serem implementadas devem integrar, entre outros, a disponibilidade e gestão da água, a conservação dos solos e a utilização sustentável das terras.
3. A transição para o desenvolvimento sustentável necessita de uma passagem para uma economia mais verde nas zonas secas, como é o caso em outras regiões. O enfoque da economia verde deveria integrar plenamente os cuidados por uma gestão sustentável das

terras, mas não deveria ser utilizado como barreira comercial contra as exportações dos países em desenvolvimento.

4. As energias renováveis (solar, eólica, biomassa) devem ser reforçadas nas zonas secas. Os países em desenvolvimento são encorajados a se beneficiar das oportunidades financeiras oferecidas pelos mecanismos existentes ou emergentes, tais como aqueles decorrentes das convenções do Rio (mercado de carbono, Fundo Mundial do Meio Ambiente). Da mesma forma, as atividades agroflorestais e de gestão das águas, incluindo as águas subterrâneas, devem ser tomadas em conta e figurar nas políticas de desenvolvimento.

Por uma melhor governança

A governança do desenvolvimento sustentável nas zonas secas devem ser reforçadas em diferentes níveis, implementando os acordos ambientais multilaterais e apoiando políticas nacionais e locais, notadamente:

5. Levando em conta os saberes tradicionais, as práticas culturais, as necessidades e aspirações das populações locais;
6. Reforçando a cooperação regional entre Estados, diretamente ou por intermédio de organismos dedicados tais como a Agência Panafricana da Grande Muralha Verde e as agências de bacias fluviais;
7. Utilizando políticas públicas diferentes, incluindo a participação das populações locais e facilitando o acesso delas à terra. Estas medidas devem ser compatíveis com as práticas culturais e os costumes locais.

A cooperação internacional

A cooperação internacional deve ser encorajada, porque uma melhor coordenação dos programas de desenvolvimento melhora a sua eficácia. A cooperação Sul-Sul e a cooperação tripartite (Sul, Norte, Sul) devem ser particularmente levadas em consideração e encorajadas.

8. A cooperação Sul-Sul, notadamente quando ela envolve países africanos e países emergentes, como o Brasil, é uma alavanca poderosa de desenvolvimento, uma vez que certos países já tem experiências de sucesso com políticas de luta contra a degradação de solos e desertificação.
9. A cooperação tripartite, que associa os países em desenvolvimento, emergentes e desenvolvidos, deve igualmente ser estimulada. Os doadores e os emprestadores internacionais – Países, instituições financeiras, fundações, empresas filantrópicas – são convidados a prestar uma atenção especial às necessidades manifestadas pelas organizações regionais diretamente implicadas na luta contra a desertificação, sempre tomando em consideração os princípios da Declaração de Paris.

A cooperação científica, a capacitação e a transferência de tecnologias

Os esforços para melhorar a cooperação científica voltada para as zonas secas devem ser encorajados em todos os níveis.

10. Pelo apoio a iniciativas de Ciência, Tecnologia e Inovação nos países situados em regiões secas e pelo reforço aos centros de excelência regionais e continentais, em temas dedicados a secas e desertificação.
11. Pelo reforço a redes (networks) novas ou já existentes e a observatórios dedicados a enfoques integrados em matéria de mudança climática, degradação de solos e desertificação, migrações, saúde e experiências de desenvolvimento sustentável.
12. O intercâmbio e compartilhamento de dados e informações relativos às terras secas devem ser facilitados entre os cientistas e disponibilizados pelos tomadores de decisão.
13. Os programas de pesquisa interdisciplinares são encorajados (o aporte das ciências sociais é particularmente requisitado). De fato, estes programas devem ser particularmente adaptados para levar em conta todos os impactos – sociais, econômicos e ambientais – de medidas e de políticas de luta contra a desertificação e a promoção do desenvolvimento sustentável nas zonas secas.
14. As atividades de pesquisa deveriam ajudar a melhorar a capacidade local na gestão de terras secas.
15. As atividades de pesquisa deveriam contribuir à formação e ao reforço de capacidades nas terras secas.
16. O conhecimento científico e sua difusão para a sociedade civil – principalmente através do sistema educacional – devem ser melhorados. A informação sobre políticas relativas à seca e desertificação na África deve ser reforçada.
17. As atividades de pesquisa devem conduzir aos produtos clássicos do saber – tais como publicações científicas – mas também a resultados específicos que possam ser utilizados diretamente pelos tomadores de decisão e os outros atores.
18. Esforços devem ser empreendidos a fim de estabelecer o estado da arte nos diferentes domínios científicos consagrados às zonas áridas, incluindo indicadores de impacto, para saber se os resultados científicos foram aplicados e, neste caso, se as aplicações foram bem sucedidas.
19. Os elos entre a pesquisa e a inovação devem ser intensificados, assim como as parcerias público-privadas. Estratégias de intensificação ecológica fundadas na valorização da diversidade dos recursos biológicos locais e no desenvolvimento de biotecnologias são preconizadas.

Perspectiva, estratégia e objetivos

20. Devem ser intensificados intercâmbios regulares entre cientistas, tomadores de decisão e responsáveis políticos que tratam das questões das terras secas.
21. São necessárias estratégias a curto, médio e longo prazo para melhor monitorar a implementação de ações contra a degradação de terras e a desertificação. A esse respeito, um objetivo de “degradação zero” de terras deveria ser adotado.
22. Para além da Rio+20, os ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) que serão definidos para o período posterior a 2015 deveriam dar uma atenção particular ao desenvolvimento durável das zonas secas e fazer disso uma meta prioritária.

Os participantes da Conferência de Niamey (ICID+19 África) convidam os dirigentes mundiais participantes da Rio+20 a prestar uma atenção particular e a tomar decisões inovadoras a fim de intensificar esforços visando ao desenvolvimento sustentável, à luta contra a degradação de terras e à desertificação e à atenuação dos efeitos da seca nas zonas secas. Eles convidam os tomadores políticos de decisão dos países e instituições envolvidas a utilizar a presente Declaração e a divulgá-la a todas as partes interessadas.